

Governo cumpre metas, mas dívida preocupa

Apesar dos sucessivos superávits primários, endividamento público não parou de subir e já beira R\$ 1 trilhão

Editoria de Arte

Flávia Oliveira

A luz amarela reacendeu nas últimas semanas, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) chamou a atenção para a vulnerabilidade fiscal brasileira em seu relatório "Perspectivas para a economia mundial". A preocupação vem da constatação óbvia de que, apesar de o Brasil estar cumprindo as metas de superávit primário desde o quarto trimestre de 1998, a relação entre a dívida líquida do setor público e o Produto Interno Bruto (PIB) não parou de crescer. Pior: já beira R\$ 1 trilhão. De dezembro de 1994 a março deste ano, saltou de 30,01% para 57,4% do PIB — não sem antes bater 58,7% no fim de 2003.

A equipe do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, cabe provar, neste 2004, que o governo é capaz de inverter a curva ascendente e livrar o Brasil de apuros em caso de um novo choque externo.

— Todo ano o Banco Central (BC) projeta a queda da relação dívida-PIB, mas ela sempre sobe. Aí vem o BC e diz, de novo, que no ano seguinte ela vai cair. Por isso, 2004 será um ano-chave para o governo provar que consegue reduzi-la — diz Joaquim Elói Cirne de Toledo, professor da USP.

A trajetória crescente da dívida pública ficou explícita a partir de 1994, ano de implantação do Plano Real, quando o fim da hiperinflação permitiu análises mais transparentes das contas do governo. Vale lembrar que a dívida líquida do setor público inclui não só as obrigações em títulos (dívida mobiliária), mas todos os passivos internos e externos dos governos federal, estaduais e municipais, bem como de suas estatais e do BC.

O endividamento galopante destes dez anos pode ser dividido em duas fases. A primeira, que vai de 1994 a 1998, foi marcada quase exclusivamente pelo aumento dos gastos ou reconhecimento de velhos passivos, os esqueletos. Dali em diante, ajuste fiscal em curso, a dívida inflou em razão de seu perfil: volume excessivo de títulos indexados ao câmbio e aos juros pós-fixados (Selic).

Desvalorização do real teve efeito devastador na dívida

No penúltimo suplemento do boletim "Política Econômica em Foco", do Instituto de Economia da Unicamp, o professor Geraldo Biasoto Junior afirma que "a evolução da dívida segue uma rotina que desconhece os esforços da política fiscal". Ele explica que, em 2001 e 2002, os efeitos da desvalorização cambial sobre o endividamento foram avassaladores: fizeram-na crescer 12,28% do PIB. Em 2003, a apreciação do real a reduziu em 4,1% do PIB. Em contrapartida, os juros a elevaram em 6,88%, 7,18% e 9,25% do PIB, respectivamente, no triênio 2001-2003.

O governo vem implementando um bem-sucedido plano para diminuir a parcela de títulos indexados ao dólar. Em 2002, pico da explosão cambial, o volume de papéis corrigidos pela moeda chegou a representar 40% da dívida. Hoje, o ministro Palocci não cansa de alardear a redução para níveis próximos de 17%.

— Não rolar boa parte da dívida cambial foi muito bom. Hoje, crises de liquidez que desvalorizassem o câmbio teriam impacto muito menor na dívida pública. A dinâmica é bem menos perigosa — diz Alexandre Maia, economista da GAP Asset Management. ■

Conheça a trajetória do endividamento



A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA (em % do PIB)

Um dos principais indicadores da fragilidade da economia de um país, a relação dívida/PIB brasileira quase dobrou desde 1994. Ela passou de 30,01% do PIB no ano do lançamento do Plano Real para 58,7% no ano passado, e deve ficar em 57,4% este ano.



*Resultado de março de 2004



VALOR DA DÍVIDA POR SEGMENTOS* (Em R\$ bilhões)

Dívida líquida total	924,4
Governo federal	590,6
Banco Central	-9,8
Estados	283,2
Municípios	39,8
Estatais federais	-16,8
Estatais estaduais	34,4
Estatais municipais	3

*Informações referentes a março de 2004

FONTE: Banco Central